

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Cemig Geração Leste S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	7
BALANÇOS PATRIMONIAIS	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	10
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL	14
2. BASE DE PREPARAÇÃO	15
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	18
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	19
6. IMOBILIZADO	20
7. INTANGÍVEL	21
8. FORNECEDORES	22
9. PROVISÕES	22
10. TRIBUTOS	22
11. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS	22
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23
13. RECEITA	25
14. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	26
15. CUSTOS GERENCIÁVEIS	26
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	27
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	27
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	30
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	32
20. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	35
21. EVENTO SUBSEQUENTE	38

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Leste S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A CEMIG GERAÇÃO LESTE

A Cemig Geração Leste S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

Suas atividades operacionais iniciaram-se em 8 de junho de 2016.

A Cemig Geração Leste S.A. possui seis usinas hidrelétricas com capacidade instalada total de 35,17 MW (não auditado).

Parque Gerador – Características Físicas

Usina	Potência Total (Não auditado)	Garantia Física Total (Não auditado)	Tipo de Usina	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
PCH TRONQUEIRAS	8,5	3,39	PCH	1955	26/12/2046
PCH DONA RITA	2,41	1,03	PCH	1959	19/07/2050
PCH SINCERIDADE	1,42	0,35	PCH	1963	12/03/2047
PCH NEBLINA	6,47	4,66	PCH	1948	19/04/2047
PCH PETI	9,4	6,18	PCH	1946	03/01/2053
PCH ERVALIA	6,97	3,19	PCH	1999	19/04/2047

Garantia Física Realizada e Esperada (não auditado)

Usina	2022 Realizado	2023 Realizado	2024	2025	2026	2027	2028
PCH TRONQUEIRAS	3,39	3,39	3,39	3,39	3,39	3,39	3,39
PCH DONA RITA	1,03	1,03	1,03	1,03	1,03	1,03	1,03
PCH SINCERIDADE	0,35	0,35	0,35	0,35	0,35	0,35	0,35
PCH NEBLINA	4,66	4,66	4,66	4,66	4,66	4,66	4,66
PCH PETI	6,18	6,18	6,18	6,18	6,18	6,18	6,18
PCH ERVALIA	3,03	3,03	3,03	3,03	3,03	3,03	3,03

Modelo de Negócio e Condições no ACR

Usina	Modelo de Negócio em 01/01/2023	Preço no ACR em 01/01/2023	Data e índice de reajuste no ACR
Integral			
PCH TRONQUEIRAS	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$7.544 mil	(1)
PCH DONA RITA	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$2.704 mil	(1)
PCH SINCERIDADE	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$1.647mil	(1)
PCH NEBLINA	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$9.431 mil	(1)
PCH PETI	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$10.676 mil	(1)
PCH ERVALIA	Contas Garantia Física + Mercado livre	RAG de R\$8.124 mil	(1)

(1) Reajuste pelo IPCA em 06/2022, atualização dos custos de transmissão em 06/2022, previsto no Edital do Leilão que determina que após primeiro ano, 70% da energia comercializada em regime de cotas de garantia física, e 30% da energia comercializada livremente pelo detentor da concessão.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de R\$100.569 mil, subscrito e integralizado, dividido em 100.568.929 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um resultado regulatório de R\$33.757 mil em 2023, em comparação ao resultado de R\$28.846 mil em 2022, representando um aumento de 17,04%.

Receita

A Cemig Geração Leste S.A. é concessionária de geração de energia elétrica nas PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 15/2016 – ME – PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, celebrado em 8 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

Fornecimento bruto de energia elétrica

A Cemig Geração Leste S.A. tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada – ACR. A receita reconhecida em 2023 foi de R\$56.521 mil, comparada a R\$54.574 mil em 2022.

A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando das distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Desde janeiro de 2017, sua RAG foi reduzida em 30%, passando este percentual de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Custos e Despesas Operacionais

Os Custos Operacionais foram de R\$18.597 mil em 2023 (R\$19.681 mil em 2022), dos quais R\$5.935 mil referem-se aos custos não gerenciáveis (R\$6.122 mil em 2022) e R\$12.662 mil referem-se aos custos gerenciáveis (R\$13.559 mil em 2022). Os principais gastos referem-se a serviços de terceiros, no montante de R\$7.366 mil (R\$8.018 mil em 2022), e encargos de distribuição, no montante de R\$5.813 mil (R\$5.679 mil em 2022).

Esta última despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de geração e distribuição de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2023, a Companhia apurou despesas no montante de R\$3.109 mil (R\$3.240 mil em 2022) referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em relação ao resultado societário de R\$44.472 mil (R\$42.828 mil em 2022) antes dos efeitos fiscais, representando 6,99% (7,57% em 2022) de alíquota efetiva.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2023, o LAJIDA foi de R\$36.818 mil (R\$32.993 mil em 2022) e a margem do LAJIDA foi de 71,49% no mesmo período (67,04% em 2022), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2023	2022	Var. %
Resultado regulatório	33.760	28.846	17,04
Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	3.109	3.240	(4,04)
Resultado Financeiro	(3.968)	(2.553)	55,42
Amortização e Depreciação	3.917	3.460	13,21
LAJIDA (1)	36.818	32.993	11,59

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações contábeis regulatórias, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para

medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais especializados.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

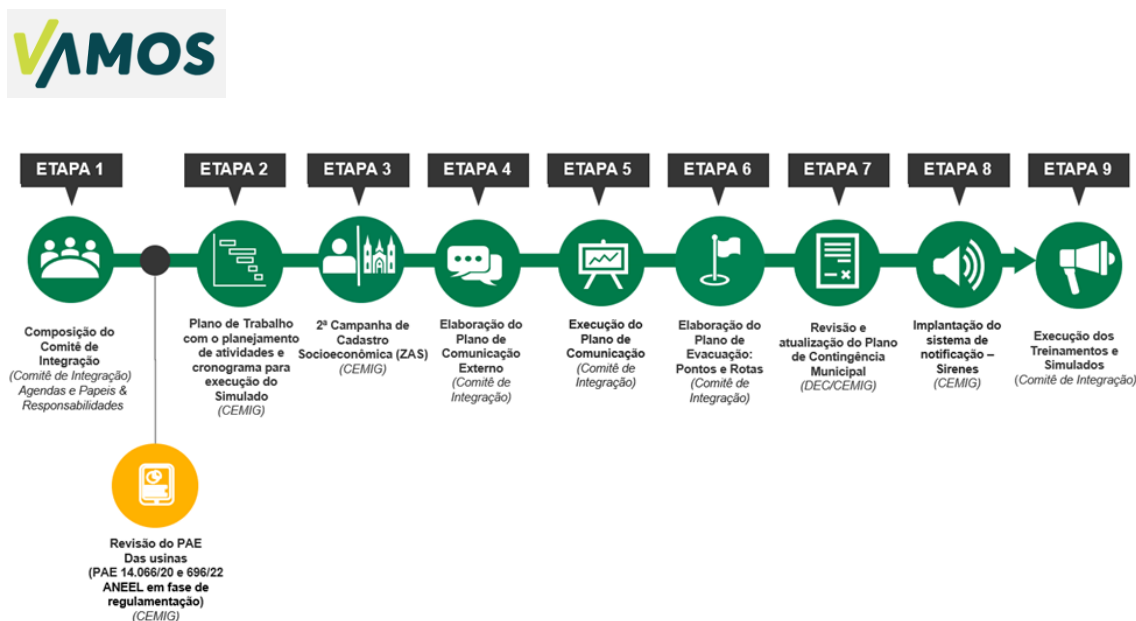
- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais

são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2023, especificamente para a população afeta ao PAE das barragens da Companhia, a Cemig continuou executando o cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra agenda e metodologia dedicada para integração dos PAEs das barragens Cemig aos Planos de Contingência (Plancons) dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2023 se caracterizou pela execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2023, foram executados:

- 6 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau, e para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho e Queimado;
- 7 Diagnósticos da ZAS realizados para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal, e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 7 Planos de Trabalhos entregues para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 5 Ações de Cadastro da população da ZAS realizados, para as UHEs Três Marias, Rosal e Sá Carvalho e para as PCHs: Peti e Coronel Domiciano;
- 8 Planos de Comunicação em elaboração, para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho, Queimado e Três Marias e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita, Piau, Peti; e
- 6 Planos de Evacuação em andamento, para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho e Rosal e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau;

Ainda em 2023, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Camargos/Itutinga, Rosal, Irapé, Queimado, Theodomiro Carneiro Santiago. Os eventos contaram com a participação de aproximadamente 242 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civis Municipais e Corpo de Bombeiros).

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024 que, ao resultado societário do exercício de 2023, no montante de R\$41.363 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.067 mil para constituição de reserva legal;
- R\$19.648 mil para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$19.648 mil sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Cemig Geração Leste S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Geração Leste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cemig Geração Leste S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Leste S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Cemig Geração Leste S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 30 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

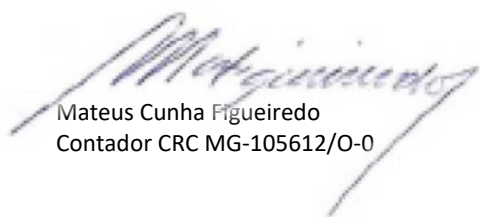
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 11 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Mateus Cunha Figueiredo
Contador CRC MG-105612/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.450	4.933
Investimentos temporários	4	4.942	28.534
Consumidores e revendedores	5	5.117	4.591
Serviços em curso		-	2
Tributos compensáveis		79	67
Outros ativos		-	5
TOTAL DO CIRCULANTE		12.588	38.132
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos temporários	4	-	108
Tributos compensáveis		363	651
Imobilizado	6	14.799	14.490
Intangível	7	72.920	76.200
Direito de uso		132	82
Outros ativos		275	68
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		88.489	91.599
ATIVO TOTAL		101.077	129.731

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	2.849	3.080
Encargos setoriais		508	256
Impostos, taxas e contribuições	10	675	668
Imposto de renda e contribuição social a recolher	17	715	323
Dividendos a pagar		19.648	18.805
Convênio de compartilhamento		298	297
Passivo de arrendamento		12	11
TOTAL DO CIRCULANTE		24.705	23.440
NÃO CIRCULANTE			
Encargos setoriais		282	331
Impostos, taxas e contribuições	10	1.022	841
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	826	827
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	11	18	12.034
Passivo de arrendamento		131	79
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.279	14.112
TOTAL DO PASSIVO		26.984	37.552
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Capital social		100.569	100.569
Prejuízos acumulados		(26.476)	(8.390)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		74.093	92.179
PASSIVO TOTAL		101.077	129.731

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
RECEITA BRUTA	13	56.521	54.574
Fornecimento de energia elétrica		14.886	15.550
Suprimento de energia elétrica		29.298	38.685
Energia elétrica de curto prazo		391	339
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	11	11.946	-
TRIBUTOS	13	(4.545)	(4.868)
PIS/Pasep		(360)	(388)
Cofins		(1.662)	(1.792)
ICMS		(2.523)	(2.688)
ENCARGOS	13	(478)	(492)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(443)	(492)
Taxa de Fiscalização Serviço de Energia Elétrica – TFSEE		(35)	-
RECEITA LÍQUIDA	13	51.498	49.214
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS	14	(5.935)	(6.122)
Encargos de uso da rede de distribuição		(122)	(5.679)
Energia elétrica comprada para revenda		(5.813)	(443)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		45.563	43.092
CUSTOS GERENCIÁVEIS	15	(12.665)	(13.559)
Pessoal e administradores		(700)	(763)
Materiais		(550)	(1.182)
Serviços de terceiros		(7.366)	(8.018)
Depreciação e amortização		(3.913)	(3.457)
Amortização do direito de uso		(4)	(3)
Outros custos operacionais		(132)	(136)
RESULTADO DA ATIVIDADE		32.898	29.533
Resultado financeiro	16	3.968	2.553
Receitas financeiras		4.067	3.948
Despesas financeiras		(99)	(1.395)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		36.866	32.086
Despesa com tributos sobre o lucro	17	(3.109)	(3.240)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		33.757	28.846

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	33.757	28.846
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	33.757	28.846

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)**

	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	100.569	-	(18.427)	82.142
Resultado do exercício	-	-	28.846	28.846
Outras mutações no Patrimônio Líquido:				
Dividendos obrigatórios	-	-	(18.805)	(18.805)
Dividendos adicionais propostos	-	12.866	(12.866)	-
Absorção de prejuízos regulatórios	-	(20.783)	20.779	(4)
Constituição de reservas:				
Reserva legal	-	1.979	(1.979)	-
Reserva especial	-	5.938	(5.938)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	100.569	-	(8.390)	92.179
Resultado do exercício	-	-	33.757	33.757
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	(32.195)	-	(32.195)
Outras mutações no Patrimônio Líquido:				
Dividendos obrigatórios – Reserva especial	-	-	(19.648)	(19.648)
Prejuízos regulatórios	-	10.480	(10.480)	-
Constituição de reservas:				
Reserva legal	-	2.067	(2.067)	-
Retenção de lucros	-	19.648	(19.648)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	100.569	-	(26.476)	74.093

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	33.757	28.846
Ajustes por:		
Amortização e depreciação (Notas 6 e 7)	3.913	3.457
Amortização do direito de uso	4	3
Baixa de imobilizado	-	347
Imposto de renda e contribuição social	3.109	3.240
Juros passivo de arrendamento	11	11
Juros e variações monetárias	(3.922)	(3.712)
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	(70)	1.321
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias (Nota 11)	(11.946)	-
	24.856	33.513
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores	(526)	(585)
Serviços em curso	2	(2)
Tributos compensáveis	(644)	(101)
Outros ativos	(208)	8
	(1.376)	(680)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	(231)	628
Impostos, Taxas e Contribuições	188	431
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-	(708)
Encargos setoriais	203	192
Convênio de compartilhamento	1	40
	161	583
Caixa gerado nas atividades operacionais	23.641	33.416
Imposto renda e contribuição social pagos	(1.797)	(2.046)
Juros recebidos	3.872	2.599
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	25.716	33.969
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Investimentos Temporários	(30.631)	(48.087)
Resgate de Investimentos Temporários	54.383	39.942
No imobilizado e no intangível	(939)	(2.346)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	22.813	(10.491)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(51.000)	(19.331)
Arrendamentos pagos	(12)	(11)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(51.012)	(19.342)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.483)	4.136
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	4.933	797
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	2.450	4.933

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de fevereiro de 2016 foi constituída a Cemig Geração Leste S.A. (“Companhia”), sociedade anônima, tendo como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.843/2016, formalizando a transferência da concessão das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, da Cemig GT para a Cemig Geração Leste S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 14/2016 – MME – PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina e Ervália e nº 15/2016 – MME – PCHs Tronqueiras e Peti, ocorridos em 8 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A Companhia (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW de potência instalada e 18,64 MW médios de garantia física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de cotas de garantia física de energia e de potência das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.225, de 18/07/2023. Cerca de 30% da garantia física da Companhia foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Seguem apresentados no quadro abaixo os prazos das concessões da Companhia.

Usina	Fim da concessão
Dona Rita	07/2050
Ervália	04/2047
Neblina	04/2047
Peti	01/2053
Sinceridade	03/2047
Tronqueiras	12/2046

Em 7 de outubro de 2022, foram assinados os aditivos aos contratos de concessão dessas usinas, para constar a nova data de vigência da outorga.

A Unidade Geradora Nº 2, potência de 330KW (não auditado), da PCH Neblina, se encontra suspensa comercialmente devido indisponibilidade prolongada causada por inundações ocorridas em janeiro de 2020 e houve necessidade de reforma contemplando a fabricação de rotor da turbina e painel completo de comando, controle e proteção. O retorno da Unidade Geradora está previsto para março de 2023.

A Cemig Geração Leste S.A., via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras regulatórias distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 3 de maio de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 - Consumidores e Revendedores (contas a receber não faturado);
- Nota 6 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 7 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 14 – Receita (fornecimento não faturado de energia elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As principais práticas contábeis utilizadas são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

a) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à servidão. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

b) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são registrados, inicialmente, pelo custo incorridos na data da aquisição ou formação. São avaliados pelo Valor Novo de Reposição – VNR e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de transmissão de energia elétrica.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

Nas demonstrações financeiras societárias, os saldos do Imobilizado, são registrados no ativo de contrato, sendo reclassificados para o Imobilizado para fins das demonstrações contábeis regulatórias. Os valores correspondentes à depreciação nas demonstrações contábeis regulatórias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações societárias a realização do ativo do contrato ocorre no recebimento da receita.

2.6. Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis regulatórias.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Investimentos temporários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. Em 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2023	2022
Contas bancárias	81	21
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário – CDB	119	105
<i>Overnight</i>	2.250	4.807
TOTAL	2.450	4.933

Os **Certificados de Depósito Bancário (CDB)** pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que foi de 99% em 2023 (99% em 2022), conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As **operações de overnight** consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 11,42% e 11,65% a.a. em 2023 (variou entre 13,62% e 13,64% em 2022), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na aplicação em outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	2023	2022
Aplicações Financeiras		
Circulante		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	472	3.132
Letras Financeiras - Bancos	3.045	18.654
Letras Financeiras do Tesouro	1.373	6.575
Fundos vinculados	1	10
Debêntures	51	163
	4.942	28.534
Não Circulante		
Debêntures	-	108
	-	108
	4.942	28.642

Os **Certificados de Depósito Bancário (CDB)** pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), a uma taxa de 103% a 104,3% em 2023 (103% a 104,4% em 2022).

As **Letras Financeiras – Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre 108,6% a 111,98% do CDI em 2023 (103,30% a 110,26% em 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFT)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

As **Debêntures** são títulos de dívida, de médio e longo prazos, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre Taxa Referencial (TR)+1% e 118,69% do CDI em 2023 (entre (TR)+1% e 114,29% do CDI em 2022).

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18 dessas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Descrição	Valores correntes						Total 2023	Total 2022
	Corrente a vencer		Corrente vencida					
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Fornecimento de energia	1.125	375	-	-	-	-	1.500	1.108
Industrial	-	375	-	-	-	-	375	-
Fornecimento não faturado	1.154	-	-	-	-	-	1.154	1.112
(-) Arrecad. Processo Classif.	(29)	-	-	-	-	-	(29)	(4)
Suprimento energia – Moeda nacional	-	-	-	-	-	-	-	1
Suprimento/ Encargo rede não faturado	3.617	-	-	-	-	-	3.617	3.482
TOTAL	4.742	375	-	-	-	-	5.117	4.591

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

6. IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2023			2022		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Geração		14.653	(2.015)	12.639	13.743	(1.384)	12.359
Custo histórico	4,26	14.654	(2.015)	12.639	13.743	(1.384)	12.359
Em curso							
Geração		2.160	-	2.160	2.131	-	2.131
TOTAL AIS + AIC		16.814	(2.015)	14.799	15.874	(1.384)	14.490

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2022	Outros	Transferências/ Capitalizações	Valor bruto em 31/12/2023	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Geração							
Reservatórios, barragens e adutoras	2.391	-	-	2.391	(233)	2.158	2.248
Máquinas e equipamentos	10.875	-	910	11.785	(1.715)	10.070	9.682
Edificações, obras civis e benfeitorias	477	-	-	477	(66)	411	429
Subtotal	13.743	-	910	14.653	(2.014)	12.639	12.359

Ativo Imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2022	Adição (A)	Baixas (B)	Transferências/ Capitalizações (C)	Valor bruto em 31/12/2023	Adições líquidas = (A) + (C)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Geração									
Máquinas e equipamentos	1.170	228	-	(910)	488	(682)	-	488	1.170
Reservatórios, barragens e adutoras	961	711	-	-	1.672	711	-	1.672	961
Subtotal	2.131	939	-	(910)	2.160	29	-	2.160	2.131
Total do ativo Imobilizado	15.874	939	-	-	16.813	939	(2.014)	14.799	14.490

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso	Materiais/ equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Reservatórios, barragens e adutoras	-	711	711
Máquinas e equipamentos	35	193	228
Total das adições	35	904	939

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL na Resolução Normativa nº 674/15. A taxa média de depreciação em 2023 é de 4,26% (4,25% em 2022).

Os bens e instalações utilizados na produção de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa

autorização do Órgão Regulador. Os bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, possuem autorização prévia da ANEEL para desvinculação, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada, a ser aplicada na concessão.

7. INTANGÍVEL

Ativo Intangível	2023			2022		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço						
Geração	97.102	(24.182)	72.920	97.102	(20.902)	76.200
Bonificação pela outorga	96.935	(24.166)	72.769	96.935	(20.893)	76.042
Extensão da concessão	154	(13)	141	154	(8)	146
Outros	13	(3)	10	13	(1)	12
Em curso	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	97.102	(24.182)	72.920	97.102	(20.902)	76.200

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2022	Valor bruto em 31/12/2023	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço					
Geração	97.102	97.102	(24.182)	72.920	76.200
Bonificação pela outorga	96.935	96.935	(24.166)	72.769	76.042
Extensão da concessão	154	154	(13)	141	146
Outros	13	13	(3)	10	12
Em curso	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	97.102	97.102	(24.182)	72.920	76.200

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Cemig Geração Leste	154			
Dona Rita	11	03/07/2046	1.477	19/07/2050
Ervália	8	03/07/2046	290	19/04/2047
Neblina	11	03/07/2046	290	19/04/2047
Peti	113	05/01/2046	2.555	03/01/2053
Sinceridade	1	03/07/2046	252	12/03/2047
Tronqueiras	10	05/01/2046	355	26/12/2046

8. FORNECEDORES

	2023	2022
Suprimento e transporte de energia elétrica	643	755
Materiais e serviços	2.206	2.325
TOTAL	2.849	3.080

Os materiais e serviços apresentados compreendem, principalmente, mão de obra e materiais para manutenção e conservação das PCHs.

9. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não é parte em processos cuja expectativa de perda seja considerada provável, baseada na avaliação de seus assessores legais.

Os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível, é constituído pelas ações de responsabilidade civil, no montante de R\$747 (R\$284 em 2022), em que se discute indenização por danos materiais, em decorrência de inundação, provocada pela abertura das comportas da Usina Hidrelétrica de Peti, no Rio Santa Bárbara.

10. TRIBUTOS

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	2023	2022
Circulante		
ICMS	202	174
Cofins	131	124
PIS/Pasep	28	27
INSS	189	213
ISSQN	85	88
Outros	40	42
	675	668
Não circulante		
Cofins	840	691
PIS/Pasep	182	150
	1.022	841
TOTAL	1.697	1.509

11. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS

Em outubro de 2020, a Companhia identificou que, entre os anos de 2016 e 2020, a Receita Anual de Geração – RAG faturada e apresentada nas demonstrações financeiras foi majorada indevidamente em função do excedente dos tributos PIS/Pasep e Cofins incluídos na base de cálculo da receita (alíquotas totais aplicadas de 9,25%, sendo a devida 3,65%), tornando necessária a devolução dos valores das contribuições faturadas a maior.

A Companhia reconheceu uma provisão para restituição de PIS/Pasep e Cofins de R\$10.259 em 31 de dezembro de 2020, incluindo a devida atualização monetária.

Em fevereiro de 2023, conforme despacho nº 495 da ANEEL, que determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE o recálculo e a recontabilização dos valores informados dos Valores de Impostos e Contribuições – VIC a serem pagos pelas distribuidoras cotistas no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2022, referentes às Usinas Hidrelétricas – UHEs da Companhia, conforme Nota Técnica nº 171/2022, emitida pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, devendo os valores serem atualizados monetariamente pela CCEE pelo último Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA disponível até a data da recontabilização dos valores.

Assim, em 2023, houve o fim da restituição às concessionárias, ocasionando uma redução do saldo quando comparado com o mesmo período de 2022. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$18 (R\$12.034 em 2022).

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia era de R\$100.569, subscrito e integralizado, dividido em 100.568.929 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2023	2022
Reserva legal	12.517	10.450
Reserva especial	-	25.268
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	25.587	12.866
Absorção de prejuízos regulatórios	(38.104)	(48.584)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Reserva Legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.067 de reserva legal em 2023, correspondendo a 5,00% do lucro líquido do exercício societário ajustado conforme previsto na legislação.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, parcela do lucro do exercício, no montante de R\$5.938 em 2022, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido Societário do exercício, ajustado conforme a Lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2023	2022
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício societário	41.363	39.588
Reserva legal constituída	(2.067)	(1.979)
	39.296	37.609
Dividendo obrigatório	19.648	18.805
Reserva especial	-	5.938
Reserva de lucros	19.648	-
Dividendos propostos		
Dividendos obrigatórios	19.648	18.805
Dividendos adicionais propostos	-	12.866
Total	19.648	31.671

Destinação do Resultado de 2023 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024 que, ao resultado societário do exercício de 2023, no montante de R\$41.363, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.067 para constituição de reserva legal;
- R\$19.648 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$19.648 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Geração Leste, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$19.648 para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir; e R\$19.648 mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos da Geração Leste.

Referente à reserva especial do Lucro Líquido de 2022, constituída em 2023, no valor de R\$5.938 mil, devido à restrição de caixa para garantir a execução do Plano de Investimento, a Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária o não pagamento em 2024.

c) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.805
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	(18.805)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2023	19.648
Saldo em 31 de dezembro de 2023	19.648

d) Pagamento dos dividendos

Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	18.805
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2022	12.866
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2022	19.329
	51.000

13. RECEITA

	2023	2022
Fornecimento Industrial	13.732	14.438
Fornecimento não Faturado Industrial	1.154	1.112
Transações com Energia na CCEE	391	339
Suprimento Cotas - Geração Própria	30.308	39.189
Suprimento não Faturado Cotas - Geração Própria	(1.010)	(504)
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	11.946	-
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	56.521	54.574
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(5.023)	(5.360)
	51.498	49.214

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	Nº de Consumidores (Não auditado)		MWh (Não auditado)		R\$ Mil	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Fornecimento Industrial	4	4	39.880	46.017	13.732	14.438
Fornecimento Não Faturado	-	-	-	-	1.154	1.112
Suprimento Faturado (1)	76	69	103.692	103.782	30.308	39.189
Suprimento Não Faturado	-	-	-	-	(1.010)	(504)
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-	391	339
Total	80	73	143.572	149.799	44.575	54.574

(1) Inclui contratos de vendas no ACR às distribuidoras e vendas no ACL às comercializadoras.

b) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2023	2022
Tributos sobre a receita		
ICMS	2.523	2.688
Cofins	1.662	1.792
PIS/Pasep	360	388
	4.545	4.868
Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	124	138
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	177	197
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	89	98
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	35	-
CDE sobre P&D	53	59
	478	492
Total	5.023	5.360

14. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS

	2023	2022
Energia Elétrica Comprada para Revenda		
Energia de Curto Prazo	122	319
Contratos Bilaterais	-	124
Encargos de Uso da Rede de Distribuição	5.813	5.679
	5.935	6.122

15. CUSTOS GERENCIÁVEIS

	2023	2022
Pessoal e administradores (a)	700	763
Materiais	550	1.182
Serviços de terceiros (b)	7.366	8.018
Depreciação e amortização	3.917	3.460
Outros custos e despesas operacionais líquidos	132	136
	12.665	13.559

a) Pessoal e Administradores

	2023	2022
Pessoal		
Outros		
Convênio de compartilhamento	661	729
	661	729
Administradores		
Honorários e Encargos (Diretoria e Conselho)	35	25
Participação nos resultados	-	6
Benefícios dos Administradores	4	3
	39	34
Total	700	763

b) Serviços de terceiros

	2023	2022
Convênio de compartilhamento - O&M	1.483	1.524
Manutenção, conservação e instalações	4.227	5.194
Vigilância	169	136
Conservação e limpeza de prédios	18	17
Meio ambiente	870	451
Tecnologia da informação	161	151
Auditoria externa	34	44
Outros	404	501
TOTAL	7.366	8.018

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	3.945	3.903
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	12	-
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	70	-
Outros	40	45
	4.067	3.948
Despesas Financeiras		
Variações Monetárias – restituição a concessionárias	-	(1.321)
Juros passivo de arrendamentos	(11)	(11)
Outras	(88)	(63)
	(99)	(1.395)
RESULTADO FINANCEIRO	3.968	2.553

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2023	2022
Circulante		
Imposto de renda	376	143
Contribuição social	339	180
TOTAL	715	323

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2023	2022
Não Circulante		
Imposto de Renda	538	574
Contribuição Social	288	253
TOTAL	826	827

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2023	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	44.431	44.431
ICMS ST	81	81
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	3.548	5.322
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação	5.175	5.175
Outras Receitas Financeiras	52	52
Exclusões da Receita - CM s/ indêbitos fiscais	(26)	(26)
Base de Cálculo - Lucro Presumido	8.749	10.523
Alíquotas	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	1.312	947
Adicional 10% valor superior a R\$240	851	
IR e CS – Lucro Presumido	2.163	947
Rendas aplicações	3.945	3.945
Rendas aplicações resgatadas	(5.175)	(5.175)
Rendas aplicações não resgatadas	(1.230)	(1.230)
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos - Rendas Aplicações não resgatadas	(307)	(111)
Receita por competência diferida	4.475	4.475
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	358	537
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido receita por competência	90	48
Devolução Suprimento Cotas		
Suprimento não faturado	9.057	9.057
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	725	1.087
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	181	98
Amortização custos GSF	5	5
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	-	1
Alíquota	25%	9%
Total	-	-
Corrente	2.163	947
Diferido	(36)	35

	2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	53.822	53.822
Percentual de Presunção	8%	12%
	4.306	6.459
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação	2.967	2.967
Outras Receitas Financeiras	46	46
Base de Cálculo - Lucro Presumido	7.319	9.472
Alíquotas	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	1.098	852
Adicional 10% valor superior a R\$240	708	-
IR e CS – Lucro Presumido	1.806	852
Rendas não resgatadas	935	935
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos - Rendas Aplicações não resgatadas	234	84
Receita por competência diferida	8.579	8.579
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	686	1.029
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido receita por competência	172	93
Amortização custos GSF	5	5
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	-	1
Alíquota	25%	9%
Total	-	-
Corrente	1.806	852
Diferido	405	177

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Operações com energia elétrica								
Cemig Distribuição	288	330	-	-	2.496	3.234	(63)	(27)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Encargos								
Encargos de transmissão								
Cemig Distribuição	-	-	312	728	-	-	(2.607)	(2.248)

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Convênio de compartilhamento								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	298	-	-	-	(298)	(938)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	297	-	-	(587)	-
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	239	100	-	-	(1.483)	(1.524)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Dividendos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	19.648	18.805	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$19.648. Os detalhes acerca da movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 12.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	2.250	4.808	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	4.939	28.525	-	-	55	1.298	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	108	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	36	31
Participação nos resultados	8	8
Previdência privada	3	3
Total (1)	47	42

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2023		2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores e revendedores		5.117	5.117	4.591	4.591
Investimentos temporários		-	-	3.934	3.934
		5.117	5.117	8.525	8.525
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	2.250	2.250	4.807	4.807
Investimentos temporários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	472	472	3.132	3.132
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	3.045	3.045	14.828	14.828
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.373	1.373	6.575	6.575
Debêntures	2	51	51	163	163
		7.191	7.191	29.342	29.342
		12.308	12.308	37.867	37.867
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores		(2.849)	(2.849)	(3.080)	(3.080)
Passivo de arrendamentos		(143)	(143)	(90)	(90)
		(2.992)	(2.992)	(3.170)	(3.170)

(1) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento

buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.812	37	-	-	-	2.849
Passivo de arrendamento (*)	1	1	11	50	212	275
TOTAL	2.813	38	11	50	212	3.124

(*) Informações apresentadas em valor nominal.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pelas suas PCHs. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

20. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do Ativo Societário e Regulatório

	Notas	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		2.450	-	2.450	4.933	-	4.933
Investimentos temporários	20.2	4.942	(1)	4.941	28.534	(10)	28.524
Consumidores e revendedores		5.117	-	5.117	4.591	-	4.591
Serviços em curso	20.3	-	-	-	2	(2)	-
Ativo financeiro da concessão	20.1	-	18.035	18.035	-	17.411	17.411
Tributos compensáveis		79	-	79	67	-	67
Outros ativos	20.2	-	3	3	5	10	15
TOTAL DO CIRCULANTE		12.588	18.037	30.625	38.132	17.409	55.541
NÃO CIRCULANTE							
Investimentos temporários		-	-	-	108	-	108
Tributos compensáveis		363	-	363	651	-	651
Ativo financeiro da concessão	20.1	-	119.311	119.311	-	115.604	115.604
Imobilizado		14.799	-	14.799	14.490	-	14.490
Intangível	20.1	72.920	(72.769)	151	76.200	(76.041)	159
Direito de uso		132	-	132	82	-	82
Outros ativos		275	1	276	68	-	68
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		88.489	46.543	135.032	91.599	39.563	131.162
ATIVO TOTAL		101.077	64.580	165.657	129.731	56.972	186.703

b) Conciliação do Passivo Societário e Regulatório

	Notas	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Fornecedores		2.849	-	2.849	3.080	-	3.080
Encargos setoriais	20.3	508	-	508	256	(2)	254
Impostos, taxas e contribuições		675	-	675	668	-	668
Imposto de renda e contribuição social a recolher		715	-	715	323	-	323
Dividendos a pagar		19.648	-	19.648	18.805	-	18.805
Convênio de compartilhamento		298	-	298	297	-	297
Passivo de arrendamentos		12	-	12	11	-	11
TOTAL DO CIRCULANTE		24.705	-	24.705	23.440	(2)	23.438
NÃO CIRCULANTE							
Encargos setoriais		282	-	282	331	-	331
Impostos, taxas e contribuições		1.022	-	1.022	841	-	841
Imposto de renda e contribuição social diferidos		826	-	826	827	-	827
Passivo de arrendamentos		131	-	131	79	-	79
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		18	-	18	12.034	-	12.034
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.279	-	2.279	14.112	-	14.112
TOTAL DO PASSIVO		26.984	-	26.984	37.552	(2)	37.550
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		100.569	-	100.569	100.569	-	100.569
Reservas de lucros	20.1	-	38.104	38.104	-	48.584	48.584

Prejuízos acumulados	20.1	(26.476)	26.476	-	(8.390)	8.390	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		74.093	64.580	138.673	92.179	56.974	149.153
PASSIVO TOTAL		101.077	64.580	165.657	129.731	56.972	186.703

c) Conciliação do Resultado Societário e Regulatório

	Notas	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA		56.521	4.331	60.852	54.574	7.827	62.401
Fornecimento de energia elétrica		14.886	-	14.886	15.550	-	15.550
Suprimento de energia elétrica		29.298	-	29.298	38.685	-	38.685
Energia elétrica de curto prazo		391	-	391	339	-	339
Amortização do ativo financeiro	20.1	-	(18.972)	(18.972)	-	(17.685)	(17.685)
Atualização do ativo financeiro	20.1	-	23.303	23.303	-	25.512	25.512
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias		11.946	-	11.946	-	-	-
TRIBUTOS		(4.545)	-	(4.545)	(4.868)	-	(4.868)
PIS/Pasep		(360)	-	(360)	(388)	-	(388)
Cofins		(1.662)	-	(1.662)	(1.792)	-	(1.792)
ICMS		(2.523)	-	(2.523)	(2.688)	-	(2.688)
ENCARGOS		(478)	-	(478)	(492)	-	(492)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(443)	-	(443)	(492)	-	(492)
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE		(35)	-	(35)	-	-	-
RECEITA LÍQUIDA		51.498	4.331	55.829	49.214	7.827	57.041
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS		(5.935)	-	(5.935)	(6.122)	-	(6.122)
Encargos de uso da rede de distribuição		(122)	-	(122)	(5.679)	-	(5.679)
Energia elétrica comprada para revenda		(5.813)	-	(5.813)	(443)	-	(443)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		45.563	4.331	49.894	43.092	7.827	50.919
CUSTOS GERENCIÁVEIS		(12.665)	3.275	(9.390)	(13.559)	2.915	(10.644)
Pessoal e administradores		(700)	-	(700)	(763)	-	(763)
Materiais		(550)	-	(550)	(1.182)	-	(1.182)
Serviços de terceiros		(7.366)	-	(7.366)	(8.018)	-	(8.018)
Depreciação e amortização	20.1	(3.913)	3.275	(638)	(3.457)	2.915	(542)
Amortização direito de uso		(4)	-	(4)	(3)	-	(3)
Outros custos operacionais		(132)	-	(132)	(136)	-	(136)
RESULTADO DA ATIVIDADE		32.898	7.606	40.504	29.533	10.742	40.275
Resultado financeiro		3.968	-	3.968	2.553	-	2.553
Receitas financeiras		4.067	-	4.067	3.948	-	3.948
Despesas financeiras		(99)	-	(99)	(1.395)	-	(1.395)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		36.866	7.606	44.472	32.086	10.742	42.828
Despesa com tributos sobre o lucro		(3.109)	-	(3.109)	(3.240)	-	(3.240)
Resultado líquido		33.757	7.606	41.363	28.846	10.742	39.588

d) Conciliação do Patrimônio Líquido Societário e Regulatório

	2023	2022
Patrimônio líquido societário	138.673	149.153
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela outorga – Ajuste aporte de acionistas	(2.634)	(2.634)
Bonificação pela outorga – Ajuste resultado	(61.942)	(54.336)
Operações de arrendamento mercantil	(4)	(4)
Patrimônio líquido regulatório	74.093	92.179

e) Conciliação do Lucro Líquido Societário e Regulatório

	2023	2022
Lucro Líquido Societário	41.363	39.588
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Bonificação pela Outorga	(4.331)	(7.827)
Amortização - Ativo Intangível	(3.275)	(2.915)
Total dos ajustes de práticas contábeis	(7.603)	(10.742)
Lucro Líquido Regulatório	33.757	28.846

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

20.1. Bonificação pela outorga

Na contabilidade societária, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão, registrados como Atualização do Ativo Financeiro. Os valores recebidos são reconhecidos como Amortização do Ativo Financeiro constituído.

Na contabilidade regulatória, a bonificação pela outorga foi reconhecida como um ativo intangível, a ser amortizado durante o período da concessão. Os valores recebidos são reconhecidos como receita.

O valor do aporte dos acionistas apresentou diferença entre os valores societários e regulatórios em função das diferenças de critérios contábeis relacionados a bonificação de outorga, no período de janeiro a maio de 2016, registrados originalmente nas demonstrações financeiras da Controladora. Tais diferenças geraram redução no patrimônio líquido na contabilidade regulatória, e o valor líquido deste impacto está devidamente demonstrado na DMPL.

20.2. Investimentos temporários

a contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados em fundos vinculados.

20.3. Serviços em curso - Serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.98 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária esses valores são compensados com o passivo e apresentados pelo líquido em encargos setoriais, considerando a sua expectativa de realização.

21. EVENTO SUBSEQUENTE

Transferência onerosa de 4 PCH/UHEs

Em 1 de abril de 2024, foi publicado edital para realização de leilão público visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de geração de energia de 4 PCHs/UHEs, sendo uma da Cemig GT (controladora da Companhia), uma da Companhia e outras duas de outras empresas do grupo Cemig, conforme abaixo:

Empresa/Usina	Tipo	Início da operação	Potência instalada (MW) ¹	Garantia física (MWm) ¹	Vigência	Situação operacional	Local
Cemig GT							
PCH Machado Mineiro	Autorização	1992	1,7	1,1	Maio, 2027	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Leste							
UHE Sinceridade	Concessão	1963	1,4	0,4	Março, 2047	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Sul							
UHE Marmelos	Concessão	1915	4	2,7	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais
Cemig Geração Oeste							
UHE Martins	Concessão	1950	7,7	1,8	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais
Total			14,8	6,0			

O valor mínimo para o lote único das usinas é de R\$29,1 milhões, com previsão para realização do leilão em 3 de julho de 2024.

A alienação visa atender às diretrizes do planejamento estratégico do grupo Cemig, que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a melhor alocação de capital.

* * * * *

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor-Presidente, em exercício

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador - CRC-1SP/242451-O4

TERMO DE RESPONSABILIDADE